

“PRÁTICAS DE MERCADO” E REESTRUTURAÇÃO DE LAÇOS SOCIAIS: UMA COMBINAÇÃO POSSÍVEL?

RESUMO

O artigo foca o processo de construção social de mercados da caprinovinocultura no Semiárido nordestino enquanto um novo arranjo com significativo potencial de combate à pobreza. Procura demonstrar como esse processo é induzido por uma *rede de entusiastas* da caprinovinocultura, formada por agentes-chave ligados a um conjunto de organizações. Além deles, o governo federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com alguns estados do Semiárido, desenvolve o Programa do Leite, política pública que visa garantir mercados para os produtos da agricultura familiar. No nível local, associações de criadores e gestões municipais específicas complementam um capilarizado movimento que tem garantido – apesar de diversos entraves – o avanço dessas experiências, aliando tradição e vocação regional com inovação e inclusão social produtiva de parcelas pobres da população. Sob uma perspectiva de entrelaçamento entre vida econômica e vida social, procura-se demonstrar que o “mercado” não somente é influenciado de forma central por fatores muitas vezes tidos como “não econômicos”, como também, sob certas condições, a ampliação das *práticas de mercado* pode significar reestruturação de relações, resultando em fortalecimento e diversificação dos laços sociais, e não sua dissolução, como enfatiza parte da teoria social.

PALAVRAS-CHAVE Laços sociais, construção social de mercados, desenvolvimento, Semiárido, políticas públicas.

Oswaldo Gonçalves Junior osgoju@yahoo.com.br

Doutor em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP)

Artigo submetido no dia 09.08.2010 e aprovado em 08.11.2010.

ABSTRACT *This paper focus on the process of social construction of markets to the raising of sheep and goat in the Semi-arid Northeast of Brazil as a new local arrangement with significant potential on fighting poverty. It seeks to demonstrate how this process is introduced by a “network of enthusiasts” from the area of sheep and goat raising, comprised of key players and social institutions. Apart from them, the federal government, through a program to support financially the purchase of food (Programa de Aquisição de Alimentos), established partnership with some states of the Semi-arid and develops the Milk Program (Programa do Leite), public policy to create market for the products of the small family farmers. At regional level, associations of producers and local public management support this imbricate social network and deliver – despite many obstacles – success to the experiences, combining regional vocation, innovation and productive social inclusion of poor people. Taking into consideration the connections between economic life and social life, we intend to demonstrate that the “market” is not only decisively influenced by “non-economic” factors, but also, under certain circumstances, the expansion of “market practices” might lead to reconfiguration of relations, prompting strengthening and diversification of the social ties, not its dissolution, as it was once stated by part of the social theory.*

KEYWORDS *Social ties, social construction of markets, development, Semi-arid, public policies.*

APRESENTAÇÃO

Sob a prevalência do capitalismo no mundo contemporâneo, tornou-se lugar comum uma visão crítica de que a ampliação das *práticas de mercado* compromete a vivacidade dos laços sociais. Onde se ampliam essas práticas, costuma-se afirmar, rompem-se vínculos e dissolvem-se laços que antes constituíam importante tecido social – que propicia as coletividades melhor lidarem com os variados desafios que a vida em sociedade impõe.

No caminhar da modernidade, com o avanço desses processos, tornou-se difícil encontrar espaços nos quais essas práticas não exercessem influência penetrante na vida cotidiana, generalizando-se e atingindo até mesmo agrupamentos humanos em lugares ermos do planeta. Não sendo um movimento homogêneo, no entanto, diferentes processos vêm ocorrendo e seguindo ritmos próprios ao longo desse tempo.

Grupos humanos e sociedades que mais “tardamente” vem se deparando com esse fenômeno costumam ser, com razão, um prato cheio para cientistas sociais. A riqueza e as peculiaridades que revelam essas práticas naquilo que têm de “primitivo”, seus arranjos e processos de montagem, as evidências do papel que exercem aspectos muitas vezes tidos como “não econômicos” – tais como valores, mentalidades, cultura, redes de relações etc. – favorecem pensar nos mercados enquanto fenômenos localizados no tempo e no espaço.

Se, por um lado, essa percepção ajuda a enfraquecer a visão da existência de um mercado atemporal, onipresente, “algo dado” ou “natural” para onde quer que se olhe, fundamentado num comportamento racional e de interesse pessoal minimamente afetado pelas relações sociais, não obstante, também possibilita problematizar a intensidade da autonomização da esfera econômica e a submissão da sociedade ao mercado (POLANYI, 2000). No âmbito da “nova sociologia

econômica”, Granovetter (2007), por exemplo, discorda quanto à intensidade com que Polanyi relaciona a imersão da economia na sociedade de mercado e naquelas anteriores a esse domínio: tanto a imersão (*embeddedness*) nas sociedades pré-mercantis teria sido menor do que o defendido por Polanyi, quanto teria havido uma menor modificação na passagem das sociedades tradicionais para a sociedade de mercado. Dessa forma, os atores não se comportariam nem tomariam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotariam de forma servil um roteiro escrito para eles. Em vez disso, suas ações estariam imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2007).

Neste artigo, tendo como base a potencialidade embutida nessas discussões, parte-se do princípio de que, tratando-se os mercados de processos de construção social, requerem análises que permitam compreender as peculiaridades desses fenômenos, cujos resultados não se sabem de antemão, não comportando, assim, generalizações. Objetiva-se, em última instância, pensar em que medida uma rede de atores é capaz de alterar um dado contexto, direcionando seus esforços para a construção de mercados visando o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento.

Sob a luz de três estudos de caso, procurar-se-á demonstrar também como motivações “não econômicas” influenciam de forma central o comportamento dos agentes e que, sob certas condições, a ampliação das *práticas de mercado* pode significar a reestruturação de relações, resultando em fortalecimento e diversificação dos laços sociais, e não em sua dissolução.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como origem pesquisa que em sua primeira etapa focou o Banco de Dados do Programa Gestão Pública e Cidadania do Centro

de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG), da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, tendo por objetivo a realização de um levantamento de experiências inovadoras que pudessem revelar um potencial enquanto alternativas de desenvolvimento, sobretudo privilegiando realidades e setores pobres da população brasileira.

Essa primeira etapa da pesquisa levou à seleção de três experiências envolvendo a caprinovinocultura no Nordeste, mais especificamente no Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, estados que possuem características peculiares que os aproximam, mesmo se considerados num contexto regional. Sendo aqueles que mais concentram áreas semiáridas em seus territórios,¹ possuem mais de 50% de suas populações vivendo nessas regiões limitadas pelas condições naturais. Além disso, a economia tradicional agrícola e agropecuária desses três estados, diferentemente dos demais estados nordestinos, praticamente não apresenta setores modernos, sendo realizada em áreas de grande risco climático e sob condições técnicas rudimentares (GOMES, 2001, p. 115).

As experiências selecionadas para um estudo mais aprofundado foram: Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura (Procap), da Gerência Executiva da Agricultura e Recursos Hídricos da Prefeitura de Mossoró (RN); Turismo como Alternativa de Desenvolvimento no Semiárido, da Prefeitura Municipal de Cabaceiras (PB); e Projeto Tejubode: Mais que uma Festa, uma Ideia de Desenvolvimento, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Tejuçuoca (CE).

Numa segunda etapa, foram empreendidas visitas de campo nos anos 2008 e 2009 que tiveram por objetivo levantar dados e informações que possibilitassem cumprir o objetivo central da pesquisa: compreender como vem se dando a construção social de mercados envolvendo a atividade da caprinovinocultura e de que forma

esses processos vem incidindo sobre temas como pobreza e desenvolvimento.

Cabe dizer que o tema da construção social de mercados é ainda pouco comum no cenário das ciências sociais em sua utilização para a compreensão de processos em torno dos temas desenvolvimento e pobreza. No caso brasileiro, segundo Arbache (2003, p. 5), mesmo a literatura sobre pobreza e mercados “é bastante nova, e somente na última década os estudos e projetos de combate à pobreza focados no mercado começaram a ganhar espaço”. Segundo aquele autor, a escassez de estudos voltados ao tema adviria, essencialmente, da expectativa de que a solução da pobreza viria do crescimento econômico, visão cada vez mais insustentável. Enfraquecida essa hipótese, adviria daí um dos estímulos maiores para realização do estudo que embasa o presente artigo: pesquisar acerca de alternativas de desenvolvimento, compreendendo o potencial que novos arranjos e configurações possibilitam gerar englobando parcelas pobres da população.

Durante as idas a campo foi possível interagir com um significativo número de atores pertencentes a diferentes segmentos sociais envolvidos de variadas formas com a caprinovinocultura dessas regiões. Foram contatados gestores, coordenadores, dirigentes e técnicos pertencentes ao setor público (municipal e estadual) e a organizações como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – especialmente em sua Unidade Caprinos e Ovinos de Sobral-CE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), universidades federais etc., e também membros de associações de pequenos criadores de ovinos e caprinos, além de pequenos e médios produtores e associações de moradores de várias comunidades e assentamentos rurais, negociantes e trabalhadores do setor, como artesãos (couro). Um contato cotidiano foi também possível de ser feito com consumidores de derivados da caprinovinocultura (leite, carne e couro) e população em geral.

Quanto ao segmento dos pequenos proprietários rurais, percorreu-se uma significativa área territorial pertencente aos municípios das experiências enfocadas. Por ocasião dessas incursões nas áreas rurais, foi possível estabelecer contato com diversos pequenos proprietários e suas famílias, revelando-se diferentes extratos que forjam uma realidade ao mesmo tempo bastante complexa e rica para a compreensão dos processos em foco.

Quanto à metodologia propriamente dita, enquanto pesquisa qualitativa que utilizou como estratégia estudos de caso, nas situações de campo o tipo de abordagem para coleta de informações variou. Com alguns agentes foi possível a realização de entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio, que depois foram transcritas. Na medida em que isso não foi possível devido ao dinamismo dos acontecimentos no cotidiano, adotou-se como forma de registro anotações em um caderno de campo, tanto no caso de algumas entrevistas quanto por ocasião de contatos mais curtos e observações em geral. A dinâmica em torno dessa forma de registro seguiu a lógica de um diário de campo, registrando-se dados e informações levantadas, além de reflexões em torno da pesquisa surgidas no dia a dia.

Por meio dos dados levantados, averiguou-se que a caprinovinocultura apresenta um significativo potencial enquanto atividade voltada para populações pobres e para contextos limitados pelas condições naturais como é o Semiárido. Nas pesquisas empreendidas, foi possível estabelecer contato e interagir com diversos exemplos de pequenos proprietários rurais que têm obtido renda significativa principalmente a partir da produção de leite de cabra. Tiveram sua vida e a de suas famílias transformada, pois antes viviam numa situação de instabilidade e pobreza. Hoje possuem bens e um padrão de vida superior ao da realidade na qual estão inseridos.

Não sendo uma percepção originária deste es-

tudo, no entanto, essa potencialidade reúne em torno de si um expressivo corpo de atores sociais e organizações que têm atuado de diferentes formas e decisivamente nos processos observados de construção social de mercados, levando a cabo uma série de medidas visando um maior desenvolvimento por meio de uma visão integradora de diferentes etapas que envolvem a atividade. Em outras palavras, visam impulsionar a cadeia produtiva da caprinovinocultura, buscando que a prática que a fundamenta vá além de uma atividade tradicional, doméstica e comercialmente marginal, como veio se dando ao longo do processo histórico no qual está inserida.

OBSTÁCULOS E VIRTUDES DE UMA TRADIÇÃO

De acordo com a *Nova delimitação do Semiárido brasileiro* (2005), do Ministério da Integração Nacional, a área do Brasil oficialmente reconhecida como semiárida na atualidade corresponde a 969.589,4 quilômetros quadrados, sendo composta por 1.133 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais. Esse espaço abriga uma população de 20.858.264 pessoas, com 44% delas residindo na zona rural e tendo na agropecuária sua ocupação principal. Essa população total faz com que a região seja tida como aquela de clima semiárido mais populosa do mundo.

Mesmo sendo a estrutura fundiária extremamente concentrada, é grande o número de pequenos estabelecimentos ou unidades de produção familiar, como demonstra o Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda que os dados do censo se refiram às regiões do país como um todo – não havendo dado específico para o

Semiárido –, não deixam de ser significativos, já que mostram que 50% de todos os estabelecimentos rurais familiares e 35% da área territorial ocupada por eles concentram-se no Nordeste.

Boa parte desses agricultores, como os demais habitantes do Semiárido, vivencia uma situação de dificuldades, como é de conhecimento amplo, sobretudo quando se expõe na mídia uma série de aspectos acirrados por conta dos efeitos das secas periódicas. A dimensão desses efeitos pode ser ilustrada por um dado do setor da agropecuária, que nos anos de seca mais severa tem sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) regional decrescida em até 60%. Num panorama mais geral, quanto aos indicadores sociais, bastaria, para ilustrar melhor, dizer também que, dos 500 municípios que apresentam os menores IDHM registrados no país, 238 (47,5%) localizam-se no Semiárido (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Quanto à caprinovinocultura especificamente, a criação de caprinos e ovinos na região é antiga e remonta à chegada dos colonizadores portugueses, no século XVI. Ainda que tenha se disseminado ao longo do tempo pelos sertões de forma impressionante,² ocupando áreas mais desfavoráveis a outras atividades dadas à resistência e capacidade de adaptação, a piora genética de boa parte desses animais ao longo do tempo e características do tradicional manejo sertanejo a tornam pouco produtiva em termos econômicos. Além disso, esses animais são vistos de maneira inferiorizada em comparação ao gado, cuja criação na região se ligaria historicamente a “status social”, sendo os caprinos e ovinos em geral denominados na cultura regional “miunça”, o que significa “criação de pouco valor”. No mais das vezes, para aqueles habitantes dos sertões em melhores condições, como os grandes fazendeiros, criar caprinos e ovinos foi historicamente visto como “teimosia de gente pobre”, uma atividade marginal e sem futuro (NOBRE, 2007, p. 1).

Pragmaticamente, no entanto, essa hierarquização é contraditória na medida em que a criação desses animais é mais adaptada às condições do Semiárido, oferecendo mais oportunidades de geração de renda para famílias pobres e menos riscos em face das recorrentes secas. Numa perspectiva comparativa, esses animais mostram-se superiores aos bovinos nesse contexto, pois consomem menos água, resistem mais à seca e podem encontrar alimentos com mais facilidade na vegetação das caatingas. Em termos estritamente econômicos, o que chama a atenção é que enquanto uma vaca pode custar em torno de R\$ 2 mil, uma cabra pode custar cerca de R\$ 50. Enquanto as primeiras produzem uma cria a cada dois anos, as segundas geram até duas crias por ano. Ou seja, com o mesmo valor investido e com um menor custo de manutenção, um pequeno agricultor poderia ter 40 cabras em vez de apenas uma vaca, patrimônio exclusivo que ainda corre o risco de perder subitamente com as condições climáticas rústicas do Semiárido.³

A transformação desse quadro em favor de uma caprinovinocultura fundada em outras bases e que explorem adequadamente seu potencial econômico não é tarefa fácil, como se pôde averiguar. Uma mentalidade de resistência incide sobre ela no âmbito da produção por parte dos pequenos agricultores familiares. *Grosso modo*, pode-se dizer que continua imperando, em diversas regiões do Semiárido, uma atividade de subsistência, numa rotina que se perpetua através das gerações, com resultados muito aquém daqueles que as possibilidades técnicas já existentes permitem, conforme observa Molina Filho⁴ (1981 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 1995).

Essa resistência é confrontada por uma *rede de entusiastas* da caprinovinocultura formada por agentes-chave ligados a um conjunto de organizações – agrônomos, veterinários, zootécnicos, técnicos agrícolas, criadores, pesquisadores, gestores públicos, entre outros. A denominação *rede*

de entusiastas origina-se das pesquisas de campo que permitiram identificar uma série de conexões entre atores e, mais que isso, um universo cognitivo partilhado (DIMAGGIO, 2003) entre eles, revelado por visões de mundo muito semelhantes no que tange à compreensão sobre as alternativas de desenvolvimento para o Semiárido, à caprinovinocultura e à agricultura familiar. Compartilhando dessas visões, esses agentes procuram disseminar novos valores e práticas visando transformar uma realidade marcada pela pobreza e pela subutilização de um potencial agropecuário. Diagnosticando aspectos mercadológicos favoráveis, esses atores são engajados na causa da difusão de técnicas apropriadas de criação aos agricultores familiares para que estes alcancem melhores condições de vida. Preocupações de caráter social marcam fortemente seus discursos e práticas, sendo referenciados científica e tecnicamente. Ainda que não explicitem diretamente um discurso político em torno do tema, o engajamento desses profissionais envolve um “senso de missão” (TENDLER, s/d.) que normalmente os leva a extrapolar as dimensões delimitadas em suas funções, sendo estimulados pelo objetivo maior de promoção do aproveitamento de uma potencialidade local fundada na tradição para superação das históricas iniquidades socioeconômicas do Semiárido.

Ao procurar difundir preceitos técnicos visando o aprimoramento daquilo que vem sendo feito há séculos, a atuação desses profissionais esbarra numa mentalidade que concebe “criar cabras” como sendo algo tão natural quanto, para outros, o é possuir animais domésticos como cães e gatos. Cria-se por criar. Ou melhor, nos termos locais: “elas (‘cabras’) se criam”, em referência ao fato de que os animais, quando inexistentes maiores preocupações com produtividade, praticamente mantêm-se por si mesmos, buscando seu próprio alimento e abrigo na vegetação natural.

Assim, apesar do constatado engajamento dos

profissionais envolvidos, o peso da tradição incide fortemente sobre seus esforços. Para além do consumo familiar da carne, enxergar a caprinovinocultura como algo mais rentável que apenas a obtenção de recursos advindos com a venda esporádica de um animal tem se mostrado um desafio. Isso se revela, por exemplo, no fato de que, apesar do significativo número de agricultores familiares inscritos em programas de capacitação, a maior parte abandona o curso antes de seu término. Dos que o concluem, nem todos levam a cabo uma criação, sendo que outros o fazem sem seguir adequadamente as determinações difundidas pelos técnicos.

Num panorama geral, chama a atenção o fato de que a desorganização da prática da caprinovinocultura vem condicionando uma demanda reprimida, dada a baixa oferta de produtos, sobretudo aqueles de qualidade condizente com o abastecimento de mercados mais estruturados. E mesmo para a demanda existente, a desarticulação em torno da atividade obriga, por exemplo, a importação de carne para atendimento do significativo mercado Nordeste desse produto. Recentemente, estimou-se o “déficit de carne de caprinos e ovinos em torno de 13 mil toneladas/ano” (NOBRE, 2007, p. 26) naquela Região. Ou seja, ainda que ovinos e, sobretudo caprinos, tenham sido amplamente disseminados nos sertões ao longo dos séculos, nesse período também vêm sendo historicamente ignorados em sua potencialidade econômica, prestando-se a um consumo de caráter doméstico e, quando muito, ao abastecimento de mercados de proximidade.

O porquê dessa resistência em aderir a uma caprinovinocultura em novas bases não é facilmente compreendido pelos agentes envolvidos nesse processo, como se pôde verificar. Vários deles foram interpelados insistentemente para que apresentassem uma explicação para o problema. Uma resposta bastante comum remete a causa a um problema de ordem “cultural”. Sem maior

elaboração, no entanto, uma resposta desse tipo também parece ser algo “cultural”, levando-se em conta o uso generalizado dessa explicação para boa parte dos problemas para os quais não se tem uma resposta satisfatória. Aos olhos de quem observa de fora o contexto em que tudo isso se dá, parece ser ainda mais incompreensível, pois a maior parte dos pequenos agricultores que não aderem a essa modalidade de caprinovinocultura permanece numa situação de pobreza. Por que ao menos não tentarem, então?

Uma pista sobre o que estaria por trás disso advém da análise dos exemplos daqueles que aderem e obtêm sucesso na sua empreitada. Estes são os maiores disseminadores, e exercem um poder de “exemplo a ser seguido” para outros potenciais pequenos criadores que supera qualquer argumentação a favor do aprimoramento das práticas por parte dos técnicos. O fenômeno é descrito por agentes-chave como “a disseminação técnica da inveja”: somente quando veem que alguém de fato está conseguindo obter renda e atingir um patamar melhor de vida é que outros passam a se interessar em iniciar uma criação de caprinos e aderir aos preceitos técnicos difundidos.

E essa informação torna-se valiosa para embasar processos de formulação e implementação de políticas públicas, já que, ainda que bem planejados, projetos, programas de governo e ações de organizações voltadas para o aprimoramento da cadeia produtiva da caprinovinocultura demonstram esbarrar num universo próprio à racionalidade, à sociabilidade e aos valores dos agricultores familiares. Isso tem limitado suas aplicações, sendo necessário avançar sobre novas dimensões para uma melhor compreensão e consequente maior efetividade dessas e de outras iniciativas.

Vencida essa etapa, verifica-se que a caprinovinocultura tem se revelado um mecanismo em potencial para a inclusão social: por meio das pesquisas realizadas, foi possível estabelecer contato e interagir com diversos exemplos de pequenos

agricultores do Semiárido que têm obtido renda significativa principalmente a partir da produção de leite de cabra. Esses são tanto assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quanto habitantes de comunidades rurais tradicionais. São eles o público-alvo por excelência da *rede de entusiastas* da caprinovinocultura.

PRÁTICAS DE MERCADO COM SENTIDO PÚBLICO

O estímulo à caprinovinocultura no Semiárido é defendido por uma gama de agentes que formam aquilo que aqui se identifica como *rede de entusiastas* da caprinovinocultura, universo que abarca diversas organizações. Grosso modo, esses profissionais (veterinários, agrônomos, zootécnicos, técnicos agrícolas etc.) pertencem a organizações estruturadas, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, sobretudo em sua Unidade Caprinos e Ovinos – Sobral/CE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresas de Pesquisas Agropecuárias Estaduais, universidades federais e, em alguns casos, também criadores mais experientes e bem-sucedidos.

Mas para além desses profissionais vinculados a essas organizações consolidadas, como parte constituinte da *rede de entusiastas*, merece destaque também o papel que associações de criadores, lideranças locais, técnicos agrícolas e gestores municipais desempenham, de forma determinante, no avanço de experiências inclusivas e inovadoras na área da caprinovinocultura daquela região.

Esses atores são em geral pessoas que têm suas histórias de vida vinculadas ao campo, já que

muitos cresceram na zona rural ou pequenos municípios, tendo suas famílias se dedicado, ao menos parcialmente, também a criação de animais, inclusive caprinos e ovinos. Ainda hoje, boa parte desses profissionais têm suas próprias criações, procurando servir de exemplo, reafirmando a crença na potencialidade da atividade e nos preceitos técnicos que professam. Em sua prática profissional, diversos argumentos são recorrentemente listados em favor da caprinovinocultura como “a prática mais adequada para o desenvolvimento rural da região do Semiárido”: a perfeita adaptação dos animais ao longo período sem chuvas – em média nove meses num ano “normal”, sem a ocorrência de seca propriamente dita – o relativo baixo custo das criações – inclusive porque práticas de agroecologia demonstram ser possível obter boa parte dos alimentos para os animais a partir das plantas forrageiras disponíveis na Caatinga de forma sustentável – e a variedade de produtos comerciais passíveis de serem gerados por esses animais e seus atrativos de mercados são alguns de seus principais pilares.

Nas pesquisas de campo empreendidas nos municípios enfocados do Semiárido, outra constatação importante é que os projetos de caprinovinocultura bem-sucedidos aliam-se a gestões municipais específicas que, *grosso modo*, representam significativo grau de mudança em relação à história política local. Nessas experiências, o desenvolvimento da caprinovinocultura atrela-se àquilo que se poderia chamar de uma “mudança de paradigma” no contexto das localidades em que se dão, imbuídas de “espírito público”, sendo decisiva para a existência desses projetos sua inclusão na agenda pública municipal.

Aliado a isso, pode-se dizer que, passado um tempo desde seu início, essas experiências apresentam significativo grau de enraizamento, com a sua “apropriação” pela população, sobretudo aquela mais diretamente envolvida, o que lhes têm garantido uma sobrevivência ao longo do

tempo, ultrapassando gestões específicas e seu atrelamento exclusivo a determinadas plataformas políticas de partidos que se sucederam no âmbito do poder municipal. Em outras palavras, o fato de essas experiências se manterem ao longo do tempo, ganharem vida própria e se autonomizarem do poder público é uma constatação extremamente relevante, dado que a interrupção de programas e projetos é uma característica recorrentemente citada⁵ como um dos grandes entraves para um melhor curso das políticas públicas na região do Semiárido.

O grau de organização e comprometimento das associações de caprinovinocultores é algo que chama a atenção quando se visitam experiências que, ainda que relativamente recentes – com existência média que gira em torno de uma década aproximadamente – demonstram considerável maturidade. São várias as frentes às quais se dedicam essas associações, entre elas a de garantir apoio técnico contratando agentes de desenvolvimento rural (ADRs), comprando e transportando insumos agrícolas até as pequenas propriedades rurais, garantindo o transporte do leite produzido até as usinas de beneficiamento, emprestando animais reprodutores mais caros e inacessíveis aos pequenos criadores a fim de promover o melhoramento genético dos animais, promovendo cursos de capacitação e eventos que estimulem o aprimoramento da prática, administrando pequenas unidades de produção de laticínios etc., como é o caso da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Cabaceiras (Ascomcab) e de algumas outras associações de cidades vizinhas pertencentes ao Cariri paraibano, região que chama a atenção pela sua singular trajetória na expansão da caprinocultura leiteira.

Com populações que variam entre 5 mil e 28 mil habitantes e os mais baixos índices pluviométricos do país, os municípios do Cariri paraibano têm apresentado um significativo desenvolvimento a partir da caprinovinocultura – e também de

algumas culturas agrícolas e do turismo, cabe dizer. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2000 a 2005, só região do Cariri Oriental respondeu pela segunda maior taxa média de crescimento do PIB do estado (5,17%), atrás apenas da capital, João Pessoa (7,04%).

O desenvolvimento dessa região se liga em grande medida a um diferencial, que foi a organização do Pacto Novo Cariri em 2001, visando propiciar o desenvolvimento sob uma perspectiva territorial e tendo como princípio que “nenhum município tem condições de se desenvolver sozinho”. Fruto da parceria do Sebrae com instituições públicas, privadas e da sociedade civil, o Pacto é um compromisso informal que visa promover o desenvolvimento sustentável da região via a formação de parcerias e a gestão compartilhada de ações e atividades, entre elas o desenvolvimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura.⁶

No campo específico da caprinovinocultura leiteira, segundo depoimentos de especialistas consultados, tem-se como expectativa que a produção paraibana alcance em breve 1 milhão de litros de leite por mês, dobrando assim a produção atual, que gira em torno de 500 mil litros, com uma inclusão significativa de produtores locais nesse processo. Além disso, está em curso o processo para a construção de uma fábrica com capacidade para transformar 100 mil litros diários de leite em pó, abrindo assim maior possibilidade de escoamento da produção.

E esse panorama geral só é possível graças a um capilarizado processo que envolve diversas associações de caprinovincultores, como aquelas pertencentes aos municípios que compõem as microrregiões do Cariri Oriental e Ocidental, e acabam por constituir uma rede informal, marcada por estreita e ativa relação, por meio da qual se apoiam mutuamente em questões tocantes à produção de leite e à troca de experiências em

geral. Além do estímulo a novas adesões por parte de agricultores familiares a essa proposta renovada de caprinovinocultura, a interação entre as associações fomenta o apoio mútuo em questões práticas e concretas, como foi possível observar com a formação de arranjos que visam organizar o atendimento momentâneo a cotas de produção de leite, suprida por meio da redistribuição do produto entre associações por ocasião da necessidade de ajustes ou de algum desequilíbrio ocasional que implique risco de descumprimento de acordos comerciais estabelecidos, como aqueles firmados entre as associações e o Programa do Leite do estado.

E especificamente no tocante a esse ponto, pode-se afirmar que todo o dinamismo observado, com adeptos e produção de leite de cabra crescentes a cada dia no Semiárido, não existiria, ao menos nem de longe nessa proporção, se não houvesse uma atuação determinante do estado através dessa política pública específica, ligada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal.

A origem do PAA remonta à época de formulação do projeto do Programa Fome Zero, lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania para debate público. Num contexto em que o tema da segurança alimentar estrutura-se enquanto política de Estado, em 2003 fora lançado pelo governo federal o Fome Zero, estratégia que procura articular diversos ministérios, governos estaduais, municipais e sociedade civil a fim de “assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos”.⁷

Como parte integrante do PAA, a modalidade denominada Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (no uso corrente conhecida como Programa do Leite ou PAA Leite), também lançada em 2003, destina-se exclusivamente a municípios do Nordeste e norte de Minas Gerais,

região que engloba território muito próximo àquele equivalente ao do Semiárido. Tem por objetivo específico propiciar o consumo do leite pelas famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a produção familiar desse alimento. Dessa forma, pelas suas características, na prática o PAA Leite une duas pontas de um problema, conectando a produção da agricultura familiar com o atendimento a populações em situação de risco alimentar.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a produção comprada atualmente pelo PAA Leite beneficia cerca de 700 mil famílias, que recebem diariamente 1 litro de leite de vaca ou cabra, produção essa fornecida por aproximadamente 29 mil agricultores familiares. Segundo ainda aquele Ministério, entre 2003 e 2009, o PAA como um todo aplicou mais de R\$ 2,7 bilhões na compra de alimentos da agricultura familiar, seja para doação a pessoas em situação de insegurança alimentar ou para formação de estoques estratégicos de alimentos, sendo aproximadamente pouco menos da metade desse valor investido especificamente na modalidade leite do Programa.

O preço pago pelo litro de leite de cabra⁸ e a certeza da compra da produção pelo PAA são grandes atrativos para pequenos produtores. Descontando-se uma pequena taxa destinada ao pagamento do “carreteiro” (motociclista que recolhe e transporta o leite para usinas de beneficiamento), constatou-se nas pesquisas realizadas que uma produção estável garantia uma renda mensal em torno de R\$ 1.000,00⁹ ao pequeno agricultor familiar, valor considerável numa realidade social em que parte significativa das famílias não obtém renda suficiente ou regular a partir de atividades ligadas ao campo.

OS LAÇOS SOCIAIS DA PRODUÇÃO

A perspectiva da construção social de mercados possibilita abordá-los como fenômenos sociais, compreendendo internamente seus processos e revelando o “importante papel que as pessoas reais exercem na reprodução da vida social” (FLIGSTEIN, 2007, p. 76). Muito mais que reprodutores de estruturas nas quais estão inseridos, portanto, os atores são dotados de capacidade para alterar o contexto no qual atuam (ABRAMOVAY, 2006). Uma análise que leve isso em consideração possibilita descortinar uma série de fatores cruciais para o entendimento da formação de mercados, em outras palavras, do seu processo de “invenção social” (POLANYI, 2000).

No caso da construção social de mercados da caprinovinocultura, entre outros aspectos apresentados até aqui, a importância da *rede de entusiastas* se revela também no processo de formação de preços para o leite caprino. Isso é possível de verificar, por exemplo, nas pressões exercidas sobre o poder público visando forçar reajustes de preços no âmbito das compras governamentais. Em outros momentos, pressões e negociações são estabelecidas buscando aumento das cotas de produção a serem compradas pelos Programas do Leite. Nesse sentido, atores-chave da *rede de entusiastas* exercem seu poder de ingerência social sobre a economia, influenciando decisivamente nos seus rumos.

E antes mesmo disso, outras evidências de seu papel determinante se revelam ao se analisar a história desse movimento que é relativamente recente, tendo se iniciado a partir da segunda metade da década de 1990 e, de maneira mais incisiva, a partir do ano 2000. Num exame da literatura elaborada por atores-chave do movimento, é possível perceber muitas das ideias embrionárias que, em suas diretrizes centrais, tornaram-se realidade quando se analisa o atual estágio da capri-

nocultura leiteira do Nordeste, com sua institucionalização refletida em políticas públicas como PAA Leite e suas relações federativas de parceria decorrentes.

Em artigo seminal de 1994, “Caprinocultura leiteira no Brasil – estado da arte e perspectivas”, que sintetiza os aspectos mais importantes da área, os autores já chamavam a atenção para a necessidade da participação de órgãos governamentais, principalmente do ponto de vista social e pelo perfil da maioria dos produtores do Nordeste, por meio de programas de incentivo à produção e, também, ao consumo de leite caprino. Entre outros aspectos, chamam a atenção para a necessidade de serem tomadas medidas como a “aquisição do produto destinado a programas de alimentação em escolas e/ou creches públicas municipais, estaduais e/ou federais, [que] poderiam representar um impulso positivo para a afirmação da caprinocultura leiteira no país” (PIMENTA FILHO *et. al.*, 1994, p. 58).

Como dito, passados alguns anos, tais recomendações se materializaram com o PAA Leite, entre outras medidas que vêm sendo tomadas desde então visando à construção e o aperfeiçoamento de mercados para o leite caprino.

Não sendo um processo homogêneo, no entanto, no que tange aos casos estudados, em dois deles, correspondentes aos municípios de Mossoró (RN) e Cabaceiras (PB), e as microrregiões nas quais se inserem, verificou-se que está em curso um processo mais avançado da prática da caprinovinocultura envolvendo pequenos proprietários rurais. Diferentemente do terceiro caso, Tejuçuoca (CE), nesses dois municípios ganha destaque a melhor estruturação da cadeia produtiva, colocando essas experiências num patamar diferenciado no que se refere ao fomento de iniciativas voltadas à construção de mercados envolvendo pequenos agricultores familiares produtores de leite. Relacionados a isso, nos dois primeiros casos, Programas Estaduais do Leite

vinculados ao PAA desenvolvem-se desde 2003, sendo responsáveis pela compra e consequente estímulo a essa produção – já no Ceará, processo semelhante é ainda muito recente, tendo se iniciado em 2009, sendo o impacto do PAA, portanto, ainda incipiente.

No desenrolar desses processos, a análise dos casos de Mossoró e Cabaceiras revela aspectos intrigantes pela verificação em campo de que, ao mesmo tempo que se avançou nas práticas de mercado, observou-se a ampliação de vínculos e laços sociais revelados no âmbito da agricultura familiar, por exemplo, com a formação e fortalecimento de associações de pequenos criadores e a construção coletiva de projetos de desenvolvimento social. Isso rompeu com o isolamento e baixo dinamismo que marcam em grande parte uma realidade econômica “sem produção”¹⁰ ou assentada em segmentos mais suscetíveis às condições semiáridas, como a agricultura e a pecuária bovina.

E nesse ponto novamente torna-se necessário extrapolar o caso específico da produção leiteira para o da caprinovinocultura em geral, dado o reducionismo que implicaria qualquer tentativa de compreensão desse fenômeno em curso, desconsiderando-se aspectos de um entrelaçamento entre vida econômica e vida social, como aquele revelado pelas festas, feiras e torneios do setor.

Na Festa do Bode de Mossoró, – um grande evento multifacetado que procura contemplar tanto aspectos agropecuários quanto de entretenimento, e que já assumiu o *status* de política pública, havendo uma dotação orçamentária para sua realização especificada no orçamento municipal –, participam milhares de pessoas, tanto criadores e produtores quanto o público em geral, além de centenas de animais distribuídos em seus muitos currais. Os animais provêm tanto de capris estruturados como de pequenos criadores e assentados da reforma agrária, agricultores familiares que trazem seus animais para expor, con-

correr em alguma categoria ou negociar.

A dinâmica de cobranças para utilização desses espaços é feita por duas associações, a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Mossoró (Asccom) e a Associação Norte-Rio-Grandense de Criadores de Ovinos e Caprinos (Ancoc). Segundo o presidente da primeira, esse processo atesta o reconhecimento por parte da prefeitura de que o parque “pertence” aos criadores, os quais devem então participar da sua gestão. O lucro obtido com os alugueis é rateado entre as associações. Quanto à Ancoc, ela nasceu em Mossoró, mas depois ampliou sua atuação para o âmbito estadual. Por conta disso, em 1997, nasceu a Asccom, visando atender os interesses específicos dos criadores de Mossoró. Segundo o ex-gestor do Procap, que esteve à frente do programa por mais de dez anos, tendo participação decisiva em sua criação em 1997, a associação “nasceu debaixo dos currais da Feira do Bode”, expressão que procura explicar a importância da feira na organização e associativismo dos criadores do município.

Numa parte montada especialmente para o período da festa, numa das laterais do parque ficam os assentados da reforma agrária ou pequenos criadores de comunidades rurais tradicionais e seus animais, dos quais não é cobrada taxa de aluguel ou participação. Além disso, eles recebem ajuda da prefeitura, que lhes fornece transporte para trazerem seus animais e demais pertences até o local por ocasião da festa.

Há uma divisão entre esses dois segmentos, que não concorrem entre si, sendo impossível confundi-los: um é o mundo no qual se realizam os grandes negócios do *agrosHOW*; outro é aquele em que pequenos e incipientes criadores buscam aprimorar suas criações e, conseqüentemente, melhorar suas condições de vida para afastar-se cada vez mais da pobreza. Para esses, o grande norte para isso acaba sendo a produção de leite caprino. A existência de um Programa Estadual do Leite, que garante a compra e a estabilidade

nos preços praticados, valores bastante estimulantes aos pequenos produtores por gerarem uma renda superior a de outras atividades do campo acessíveis a eles, somada às restritivas condições produtivas do Semiárido, aponta a caprinocultura leiteira como uma atividade por excelência para a região.

Conscientes disso, de maneira deliberada os idealizadores do Procap buscam criar um ambiente em que o estímulo ao aprimoramento da caprinocultura leiteira esteja presente de várias maneiras. Ainda que ocorra um torneio leiteiro concomitantemente à Festa do Bode, sendo uma de suas atividades, mais uma vez a competição e o estímulo são dosados para que gerem, cada vez mais, os objetivos esperados pela *rede de entusiastas* na cadeia produtiva por meio da profissionalização dos pequenos e incipientes produtores. Como não há possibilidade de estes concorrerem com os grandes criadores, dada a desproporcionalidade entre esses dois segmentos, ocorrem nas comunidades rurais e assentamentos os eventos descentralizados “Oestinhos Leite” – o nome, diminutivo de “Oeste Leite”, busca representar a posição que ocupa em face do evento maior que é o concurso leiteiro que acontece na própria Festa do Bode. O nome do evento advém do fato de o concurso abarcar a região oeste do Rio Grande do Norte, a mais forte produtora de leite de cabra do Estado, segundo depoimentos de especialistas da região.

Nesses eventos, pequenos criadores concorrem com pequenos, o que possibilita a premiação e conseqüente estímulo dentro desse segmento. Para aumentar ainda mais as chances de premiação dos participantes, tem-se como regra que quem participa de uma edição não pode participar de outra no mesmo ano.

A perspectiva de estímulo ao aprimoramento forma a própria base “ideológica” da Festa do Bode (e do Procap). O fato de conviverem num mesmo espaço mundos tão diversos, visivelmente

te contrastantes no feitiço das pessoas e animais, visa possibilitar um canal de influência mútua: aos pequenos produtores, serem influenciados por um universo de excelência na produção animal que acarrete o seu crescente profissionalismo; aos grandes produtores, serem influenciados – “sensibilizados”, nas palavras do ex-gestor do Procap – por uma nova lógica que possibilite estender seus interesses comerciais também aos pequenos produtores, ampliando assim a oferta de animais de qualidade, contemplando não somente as fatias mais cobiçadas do mercado comprador de animais caros e inacessíveis àqueles. Esse é um objetivo declarado do Procap, sendo tomado como um passo fundamental para aprimorar a cadeia produtiva da caprinovinocultura da região.

Enquanto essa perspectiva não se realiza via mercado, visando garantir o acesso a animais melhores, por conta dos custos inacessíveis à maior parte dos pequenos produtores, utiliza-se também da estratégia em que estes são adquiridos por associações de pequenos criadores, que então emprestam os animais adquiridos por elas aos criadores filiados por determinado período, fazendo um rodízio de reprodutores a fim de serem usados para acasalamentos, promovendo assim a disseminação dos benefícios do aprimoramento genético às criações dos produtores locais. A prática do rodízio é relativamente comum e foi observada também entre grupos de três ou quatro criadores, que se cotizam para comprar um bode reprodutor e usufruir dos benefícios em suas criações. Em alguns casos, essa forma de associação pode ser do tipo “condomínio”, quando, para otimizar as criações, um grupo pequeno de criadores divide uma área e passa a coexistir em terras coligadas e a usufruir do mesmo animal reprodutor macho em suas criações.

Outras formas de dependência e solidariedade se revelam quando se avalia o processo de escoamento da produção. No caso do leite caprino, uma ocorrência bastante comum é se valer da

cota de outro produtor cadastrado no Programa do Leite, mas que por algum motivo não esteja produzindo ou produza abaixo do limite máximo permitido para compra governamental. Isso é possível, por exemplo, pois existe o caso do chamado “produtor turista”, que é aquele que produz em determinada época do ano, mas não em outra, podendo assim ceder parte da cota a que tem direito a outro produtor. Um dos motivos que impulsionam a isso é o fato do permanente descompasso entre o ritmo de desenvolvimento da atividade e a capacidade de absorção da produção pelo PAA, obrigando constantemente produtores e associações a procurarem formas alternativas de escoamento da produção.

Por conta desse desequilíbrio, uma alternativa tem sido a busca de mercados privados, como quando da venda direta de leite para a indústria. Outra forma ainda encontrada pelas associações de pequenos caprinovinocultores é a constituição de cooperativas, visando contornar um problema legal que as impossibilita de comercializarem diretamente seus produtos. Com antigos equipamentos muitas vezes readaptados, fabricam-se derivados de leite, como, por exemplo, bebidas lácteas, iogurtes e queijos. Com o novo *status* jurídico que lhes permite vender diretamente tanto a consumidores quanto fornecer os produtos a supermercados e pequenos mercados próximos à região em que se dá a produção, as novas cooperativas têm um estímulo duplo para essa iniciativa, segundo relatam depoimentos de suas lideranças: o maior valor agregado que esse tipo de comércio possibilita gerar e a inserção no âmbito do mercado privado, o que permite romper com um dos grandes gargalos de uma cadeia produtiva cuja face mais robusta está vinculada exclusivamente a programas públicos do leite, sendo o único comprador o governo.

Em Cabaceiras e Tejuçuoca, festas anuais semelhantes à de Mossoró são realizadas anualmente, tendo como mote a figura emblemática do bode.

Ainda que importante naquela cidade potiguar, a Festa do Bode Rei de Cabaceiras e a Tejubode de Tejuçuoca assumem importância relativa ainda maior, por representarem as maiores fontes de renda desses pequenos municípios, como apontam dados levantados. Além disso, atrelada a esses eventos está a atividade do turismo, que, ainda que potencializado por eles, extrapola a dimensão dessas festas anuais, sobretudo pelo potencial natural das regiões aliado a estratégias de atração de visitantes desenvolvidas pelos setores do turismo municipal.

Nos três casos, além dos aspectos de geração direta de renda, que impactam fortemente sobretudo a economia das duas cidades menores, as festas do bode cumprem uma função simbólica que visa estimular a atividade pela importância que procuram atribuir à caprinovinocultura, com um *marketing* centrado na figura do bode – que comprovadamente “vende bem”¹¹ – procurando construir uma nova imagem que enfatize as potencialidades de caprinos e ovinos num cenário historicamente dominado por uma mentalidade focada na valorização da pecuária bovina e no *status* a ela atrelado.

A aposta nessa atividade, que, apesar de tradicional, fora negligenciada em seu potencial econômico através dos séculos na região, revela-se também em outras facetas recentes, como a reestruturação da produção de couro, da qual o município de Cabaceiras é um exemplo ímpar no Semiárido. A atividade a partir do couro caprino envolve curtumes e pequenas oficinas de manufaturas que produzem malas, roupas, chapéus, calçados e outros artefatos amplamente utilizados, sobretudo no passado, como vestimentas nos trabalhos de campo pelos vaqueiros e que, nos dias de hoje, são também comercializados enquanto produtos turísticos. Por conta disso, foram sendo desenvolvidos também novos produtos com *design* voltado para o mercado de fora, especialmente sandálias, bolsas, bonés e souvenirs, como

chaveiros, todos em couro caprino.

Com esses diversos produtos, Cabaceiras abastece diferentes mercados do Nordeste, entre eles a famosa Feira de Caruaru (PE), bem como de estados de outras regiões do país. Segundo depoimentos de fabricantes locais, a maior parte das pessoas de fora desconhece essa vocação do município, sendo que, na maior parte das vezes, esses produtos acabam recebendo uma logomarca no local onde são comercializados, em detrimento da identificação da origem de sua produção.

Uma maior organização e crescimento desse setor no município começaram com a criação da Arteza, em 1998, que é a Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro do Distrito de Ribeira, localidade distante cerca de 20 quilômetros do núcleo urbano principal de Cabaceiras. Ela resulta de uma aposta no associativismo como estratégia para reversão da situação na qual artesãos e curtidores de couro passavam por grandes dificuldades, com problemas se acentuando dentro da cadeia produtiva.

Como consequência, uma grande transformação veio com o fomento da organização em torno de um processo de produção baseado na sustentação econômica do local, por meio da exploração do curtimento do couro, tingimento das peles e produção de artesanato. Um diferencial foi a incorporação de uma proposta de curtimento vegetal do couro, utilizando produtos de origem natural – taninos vegetais – com baixo teor químico no tratamento, gerando couros de qualidade diferenciada aliados à inovação tecnológica. Essa iniciativa se contrapõe a um quadro em que cerca de 90% dos curtumes mundiais beneficiam as peles por meio da utilização de cromo, produto tóxico e altamente poluente.¹²

Anteriormente, o curtimento do couro era feito maciçamente nas margens do próprio rio da cidade, sem preparo nem preocupação com o meio ambiente. Hoje, além dessas preocupações, o curtimento das peles passa por uma lavagem com

produto natural, o tanino desenvolvido, preparando-se o couro para que ele não saia do curtume com o cheiro forte característico dos produtos originados de caprinos e ovinos (DUTRA, 2006).

Nesse processo de transformações entre o “tradicional” e o “moderno”, Aquino (2003, p. 534) ressalta que isso não engloba o “desaparecimento dos traços que definem a cultura e a produção do artesanato local”, muito pelo contrário, já que, com o processo em curso, o “saber fazer do artesanato” estaria sendo incentivado e valorizado com um novo impulso à prática do trabalho com o couro. Não por acaso, tal processo levou à melhoria da qualidade de vida dos curtidores e artesãos do município, que hoje, de forma notoriamente visível, desfrutam de uma situação privilegiada em relação a outros municípios da região. Fato é que esse processo recente encontra eco também naquilo que Sabourin (2009) chama de “construção social da inovação”, processo que reúne atores e organizações que mobilizam recursos externos¹³ para inovação adaptada às situações locais, como foi o caso do desenvolvimento do processo de curtimento vegetal do couro e das transformações nas relações de produção daí advindas.

Segundo depoimento do presidente da Arteza, a cooperativa conta hoje com cerca de 45 afiliados. Não obstante, o número de pessoas envolvidas com a produção de artefatos em couro talvez seja muito maior, já que em geral participam desse trabalho familiares, parentes e vizinhos dos associados. Isso porque é comum esses artesãos trabalharem em suas próprias casas, o que acaba por envolver a comunidade do entorno nas tarefas, sobretudo nos períodos de maior demanda de produtos via grandes encomendas.

Na sede da Arteza há uma oficina bem estruturada com diversas máquinas que são de uso livre dos associados. Uma ocupação mais efetiva desses equipamentos, no entanto, acontece quando da produção em maior escala, por ocasião, por exemplo, de uma grande encomenda. Nessas

ocasiões é feito um esforço coletivo coordenado, o que acaba revertendo em uma remuneração aos próprios participantes e em outra para a cooperativa, que arrecada sua parte em forma de porcentagem daquilo que é produzido e que é posteriormente vendido na própria loja existente na sede, ou em feiras e outros eventos.

Com a produção crescente refletida em milhares de peças manufaturadas, fato é que as peles produzidas em Cabaceiras não têm sido suficientes para atender à demanda da cooperativa, sendo uma parte adquirida fora do município, gerando impacto positivo da atividade, portanto, também para cidades vizinhas.

Segundo os contatos realizados com produtores locais, pôde-se observar que a atividade em torno do couro é vista com grande entusiasmo pelos participantes, que a enxergam com otimismo no que se refere a seu potencial crescimento. Os depoimentos revelam que aqueles que vivem da atividade puderam melhorar significativamente seu padrão de vida, tendo como indicativo a ampliação de seu patrimônio. Nas palavras do filho do presidente da cooperativa, também artesão: “Hoje, quem quer tem carro; outros têm duas ou três motos em casa”, contrastando com o quadro anterior, em que prevalecia uma atividade econômica estagnada.

Por ser o município com o menor índice pluviométrico do país, a condição natural de Cabaceiras, aliada à característica da ocupação humana local – pelo que se pôde observar, influenciada fortemente pela estrutura do latifúndio –, forjou a construção de uma realidade social marcada pelo êxodo em direção a cidades maiores, processo impulsionado pela falta de perspectivas para a maior parte da população, sobretudo a mais jovem. Além dos constantes relatos alusivos à migração de parentes e conhecidos, que abandonaram a cidade e hoje vivem em outros estados, principalmente do Sudeste, dados do IBGE mostram que, no período 1991-2000, a população de

Cabaceiras teve uma taxa média de crescimento anual negativa (-0,06%), passando de 4.313 pessoas em 1991 para 4.290 em 2000.

Hoje, além da empolgação demonstrada pela aquisição de bens materiais por aqueles que já estão inseridos na atividade, como enfatiza trecho do depoimento citado acima, acompanhando esse processo, são recorrentes depoimentos fazendo menção a casos de pessoas que retornaram após abandonarem a região – e que engrossaram as estatísticas do êxodo no passado –, e que agora vislumbram nova possibilidade de vida por meio dessa atividade na sua cidade natal.

CONCLUSÕES

Ainda que sejam inegáveis os avanços, observa-se aquilo que parece ser consensual para os agentes-chave das regiões estudadas: apesar dos entraves e dificuldades variadas advindas do choque entre tradição e tentativas de sua revisão, prevalece uma visão de que um processo maior esteja em construção, sendo as potencialidades locais da caprinovinocultura e, especialmente, da produção do leite de cabra, ainda exploradas de forma incipiente e parcial. Essa percepção processual é possível quando se averigua, mediante depoimentos e dados, o caminho percorrido até aqui, os obstáculos que se têm pela frente e as tentativas para superá-los. Estes são tidos como gargalos da cadeia produtiva, cuja necessidade de superação é reconhecidamente visível entre os agentes-chave de maneira indistinta. Se outrora direcionavam a maior parte de seus esforços ao incentivo para adesão e para o aprimoramento das práticas agropecuárias de pequenos proprietários rurais na caprinovinocultura, hoje se voltam fortemente para impulsionar cada vez mais uma cadeia produtiva sobre a qual não têm dúvidas quanto à sua potencialidade econômica e social. E essa poten-

cialidade evidencia-se quando se visitam diversas comunidades rurais tradicionais e assentamentos da reforma agrária da região, nos quais pequenos produtores rurais recheiam o mapa dos municípios enfocados com histórias bem-sucedidas de geração de renda para si e suas famílias por meio da produção de leite de cabra, apontando um novo rumo para o desenvolvimento local e territorial.

Como se chamou a atenção quando da apresentação deste artigo, sob certas condições, a ampliação das *práticas de mercado* pode significar reestruturação de relações, resultando em fortalecimento e diversificação de laços sociais, e não em sua dissolução. Entende-se que, dependendo do processo histórico e das condições sociais de determinadas regiões – como aquelas vivenciadas na porção do Sertão nordestino enfocada, no qual a seca, a miséria, a pouca oferta de oportunidades prevalecem historicamente e inibem a inovação –, a ampliação da racionalidade econômica, acompanhada de *práticas de mercado*, pode não significar ruptura de laços, vínculos sociais e acirramento de características socialmente desagregadoras, como enfatiza parte da teoria social.

Esse seria o caso de análises com inspiração marxista, que, não sem razão, procuram denunciar a “exploração do homem pelo homem” e o acirramento do individualismo trazido pelo capitalismo. No campo específico dos estudos rurais, no primoroso trabalho de Abramovay (2007), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, publicado originalmente em 1992, num dos pontos, aquele autor reflete sobre o problema à luz de autores como Kautsky e Lênin, afirmando:

Nesse sentido, não é verdade que os fatos tenham desmentido as previsões dos clássicos marxistas: onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses veem esvaírem-se

as bases objetivas de sua própria reprodução social (ABRAMOVAY, 2007, p. 263).

Nos casos estudados, ao contrário, como se procurou demonstrar pelos processos em curso apresentados neste artigo, se entende que a construção de mercados socialmente orientados venha promovendo a reestruturação de laços e vínculos sociais, ampliando o rol de relações a que os indivíduos se submetiam anteriormente à vivência dessas práticas. Mais que isso, os atores envolvidos vêm sendo capazes de alterar o contexto em foco por meio de seus esforços de construção de mercados para a caprinovinocultura, em especial para o leite caprino. Concretamente, vêm obtendo significativos resultados no combate à pobreza e na promoção de desenvolvimento num ambiente historicamente marcado pelo baixo dinamismo econômico e pelas amarras da tradição.

Logicamente que não se credita isso a “qualquer prática mercantil”, nem a “qualquer mercado”, mas àqueles socialmente orientados por uma ação central do Estado, de determinadas organizações e atores sociais interessados na construção de um novo patamar para a caprinovinocultura e para o desenvolvimento da região. Como dito, quando analisados mais detidamente, constata-se que preocupações de caráter social marcam fortemente discursos e práticas dessas organizações em sua atuação na área, bem como a de profissionais especialistas a elas vinculados, aspectos esses referenciados científica e tecnicamente, iluminando uma característica importante sobre o papel que as ideias e conhecimentos assumem no âmbito dessas políticas públicas. A atuação desses atores é fundamental na reorientação dessas políticas, redefinindo estratégias e as orientando a partir do fornecimento de conteúdo fruto de sua *expertise*. Ao elegerem a caprinovinocultura como alternativa de desenvolvimento para o Semiárido,

revelam também sua influência nos processos de construção de agenda, definindo para os outros os parâmetros da discussão (KINGDON, 1984).

Ao contrário de certo senso comum que prevalece sobre a (in)capacidade endógena daquela região, presente na visão de boa parte da população que vive em áreas mais prósperas do país, esse conjunto de atores mostra-se atuante e representa um esforço de redesenho institucional para a região enfocada, sendo em grande parte responsável pelas transformações observadas naquele ambiente. Como apontando ao longo do artigo, essas transformações são permeadas por um “senso de missão” e “espírito público” que orienta esses processos, impelindo a construção de novos arranjos sociais, estabelecidos em bases renovadas.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento do contexto analisado, entende-se que os processos que os envolvem têm sido ainda pouco percebidos por pesquisadores e pela opinião pública em geral, especialmente aquela geograficamente distante da região, sendo que muitas das transformações em curso mantêm-se na penumbra por conta desse enviesamento.

Fato é que, além dos aprendizados que traz, a compreensão dos processos envolvendo a caprinovinocultura no Semiárido possibilita a investigação do estágio em que se encontra esse fenômeno, fértil em seus aspectos de construção social, antecipando-se essa análise àquilo que poderia ser posteriormente percebido como sendo mero fruto de uma “aparição espontânea” e/ou “repentina” no meio social em questão. Os elementos apresentados ajudam também a refletir sobre possibilidades que, no mundo contemporâneo, novos arranjos trazem aos contornos da delimitação entre as amarras à sociedade de mercado e à autonomia para inovação social.

NOTAS

¹ De acordo com a *Nova delimitação do Semiárido brasileiro* (2005), do Ministério da Integração Nacional, a área considerada semiárida na Paraíba é de 76%, no Ceará de 81% e no Rio Grande do Norte de 88%, o que faz desses estados aqueles com maior proporção de territórios nessa condição.

² A Região Nordeste concentra mais de 90% dos caprinos e quase 60% dos ovinos do país, de acordo com dados estruturais do Censo Agropecuário 2006 (IBGE), o que corresponde, respectivamente, a mais de 9 milhões e mais de 8 milhões de cabeças.

³ Nogueira Filho (2000) apresenta outros dados que ajudam a ilustrar essas diferenças. Realizando projeções com intervalos anuais que geram uma série histórica de 12 anos, o autor demonstra que, em criações iniciadas com o mesmo número de animais – uma com 10 vacas e outra com 10 cabras –, findo cada período, por meio das procriações, gera-se um acúmulo de animais bastante desigual. Por exemplo, após 6 anos, enquanto no primeiro caso se acumulariam 29 vacas (as 10 iniciais + 19 geradas a partir delas), no segundo seriam 102 cabras (as 10 iniciais + 92 geradas a partir delas). Essa diferença se acirra ainda mais findo o período total de 12 anos, sendo que se acumulariam 62 vacas no primeiro caso e, no segundo, 820 cabras. O que impressiona nesse contraste é que, no modelo apresentado por aquele autor, ambos os segmentos iniciaram com o mesmo número de 10 animais, sendo construídas essas diferenças num período relativamente curto, de 12 anos. Em termos de recuperação do capital empregado nesses mesmos rebanhos, realizando igualmente uma série histórica com intervalos anuais com igual período total, o autor sinaliza que, enquanto se investiam inicialmente R\$ 10.800,00 em 10 vacas, investiam-se R\$ 1.980,00 em 10 cabras (em valores da época do estudo, publicado em 2000). Findo o período de 12 anos, no primeiro caso acumular-se-ia um patrimônio de R\$ 43.700,00, contra R\$ 93.570,00 no segundo caso.

⁴ MOLINA FILHO, J. Um modelo estrutural-cultural para os estudos de difusão de inovações na agricultura brasileira. *Revista de Economia Rural*. Brasília, 19, n. especial, p. 29-46, 1981.

⁵ Sobre isso, Gomes (2001, p. 56), citando reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* (10.05.98, p. 1-12), afirma: “As ações não têm continuidade. Uma das causas do fracasso das ações governamentais para o combate à seca é a descontinuidade dos programas. Nos últimos 20 anos, o governo federal lançou pelo menos oito projetos com a mesma proposta: dar condições ao sertanejo para enfrentar os períodos de estiagem. Em recente relatório, a Sudene lista sete programas que se propunham permanentes e acabaram abandonados: Polonordeste, Projeto Sertanejo, Programa São Vicente, Projeto Padre Cícero, Finor Irrigação e PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Alguns mal chegaram a sair do papel”.

⁶ Fonte: <http://www.sebraepb.com.br/interna.jsp?pagina=acoes_de_desenvolvimento_pacto_novo_cariri>. Acesso em 12.06.2009.

⁷ Fonte: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em 25.07.2008.

⁸ Em 2008, o PAA remunerava pelo litro de leite de cabra R\$ 1,05. Na mesma época, o preço pago pelo litro de leite de vaca era de R\$ 0,70.

⁹ Além da renda anual de R\$ 7.000,00, possível de se obter via compra da produção pelo PAA Leite, chega-se a esse valor pela complementação gerada, por exemplo, com a venda direta do leite de cabra excedente, seja *in natura*, seja transformado em produtos como queijo. Outra alternativa, bastante comum, é se valer da cota de outro produtor cadastrado no programa, mas que por algum motivo produza abaixo do limite máximo da cota.

¹⁰ “Economia sem produção” é um termo que procura expressar uma economia baseada em rendimentos de trabalhadores aposentados, de renda advinda dos empregos públicos, das transferências da União para as prefeituras e governos estaduais (GOMES, 2001; EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

¹¹ A Festa do Bode Rei de Cabaceiras e a Festa do Bode de Mossoró chegaram, em 2009, a sua décima primeira edição anual, tendo se iniciado no ano de 1999. Essas inspiraram a Festa Tejubode, de Tejuçuoca, que teve sua primeira edição em 2001. Pelas pesquisas realizadas, por meio das quais foi possível verificar a replicação desse modelo de evento em outras cidades do Nordeste, acreditava-se tratar-se de um movimento em ascensão, dado o sucesso e a consolidação dos eventos mais antigos, representado pelas experiências analisadas neste artigo.

¹² Fonte: <<http://www.paraiwa.org.br/artesanato/arteza.htm>>. Acesso em 02.03.2009.

¹³ Esse processo envolveu o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Universidade Federal da Paraíba, a prefeitura da cidade, o governo do estado, o Banco do Nordeste, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e uma agência de cooperação internacional do governo alemão, a GTZ, que doou equipamentos e colaborou na capacitação dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Compilado por Mabel Manzanal y Guillermo Nieman. 1. ed. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS), 2006.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 294 p.

AQUINO, D. S. P. B. Aspectos estruturais da cadeia produtiva do artesanato em couro caprino no município de Cabaceiras. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 2 / SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O AGRO-NEGÓCIO DA CAPRINOCULTURA LEITEIRA, 1, 2003, João Pessoa, PB. *Anais...* João Pessoa: Emepa, 2003.

ARBACHE, J. Pobreza e mercados no Brasil. Doc. elaborado no âmbito do Convênio Cepal/DFID. 2003. Disponível em: <www.eclac.org/publicaciones/xml/8/11868/r135jorgearbachepobreza>.

pdf>. Acesso em: 25 mai. 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Nova delimitação do Semiárido brasileiro. Brasília, 2005. Disponível em: <www.integracao.gov.br/.../download.asp?...semi_arido...semi_arido...>. Acesso em 22 out. 2008.

DIMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (Eds.) *A nova sociologia econômica*. Oeiras (PT): Celta, 2003. p.167-194. 254 p.

DUTRA, J. L. A. Turismo como alternativa de desenvolvimento do Semiárido. In: TEIXEIRA, M. A. C., GODOY, M. G.; COELHO, C. (Orgs.) *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2006. 228 p. (Publicação do Ciclo de Premiação, 2004).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária. Brasília: Embrapa, 2006. 434 p.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. *RAE—revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 61-80, abr./jun. 2007.

GOMES, G. M. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semiárido e dos Cerrados nordestinos*. Brasília: Ipea, 2001. 326 p.

GONÇALVES JR., O. *Da tradição ao mercado: construção social e caprinovinocultura no Semiárido*. 2010. 336 f. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2010.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jan. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006.

KINGDON, J. W. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Boston: Little, Brown & Co., 1984. 240 p.

NOBRE, F. V. A caprinovinocultura no Rio Grande do Norte. Aspectos mercadológicos na Grande Natal. 2007. mimeo.

NOGUEIRA FILHO, A. A cadeia produtiva da ovinocaprinocultura. In: ANAIS DO IV SEMINÁRIO NORDESTINO DE PECUÁRIA, v. 6. Fortaleza. Fortaleza: FAEC, 2000.

OLIVEIRA, J. A. M. *et al.* Avaliação da adoção das tecnologias usadas pelos produtores de caprinos e de ovinos tropicais dos Estados da Bahia, Piauí, Pernambuco e Ceara. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2. Londrina, PR, 1995. *Anais...* Londrina: IAPAR/SBS, 1995. p.128-147.

PIMENTA F. E. C.; SIMPLICIO, A. A. Caprinocultura leiteira no Brasil: estado da arte e perspectivas. In: SEMANA DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA TROPICAL BRASILEIRA, v. 1, Sobral, CE, 1994. *Anais...* Sobral: Embrapa; CNPC, 1994. p. 47-76.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 352 p.

SABORIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

TENDLER, J. Novas lições de projetos antigos: os trabalhos de desenvolvimento rural no Nordeste brasileiro – Um estudo avaliativo de operações do Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/MIT/11/11701/PDF/tendlerwrldbank2a.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2008.